

PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL



VOL. XVI

1977

Nº 1

EDIÇÃO
DA
CÂMARA MUNICIPAL

Em 21 de Janeiro de 1977 o deputado Manuel Pires teve, na Assembleia da República, uma intervenção relativa a problemas dos pescadores da Póvoa de Varzim. Aqui se transcrevem, do Diário da Assembleia da República, o teor da referida intervenção e os comentários a que ela deu origem:

«O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pires.

O Sr. Manuel Pires (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta intervenção tem por finalidade trazer a esta Câmara, para dar conhecimento aos Srs. Deputados, e também para chamar a atenção do Governo, dois dos principais problemas dos pescadores da Póvoa de Varzim: o problema do açoreamento da barra do porto e o da descarga do peixe.

O porto de pesca da Póvoa de Varzim neste momento dá abrigo a duzentas embarcações, entre motoras e gasolinas, que empregam cerca de dois mil pescadores, e prevê-se que em 1976 tenha fornecido cerca de 3800 t de peixe, no valor de 180 000 contos.

Este porto não tem cais acostável para as embarcações poderem fazer a descarga. Os barcos, chegados que são ao porto, descarregam o pescado para pequenas embarcações que o transportam para a praia onde as mulheres dos pescadores o transportam à cabeça para a lota.

O pescador poveiro é um pescador diferente do seu vizinho matosinho. Só pode ser pescador quem for homem casado.

Quando o pescador contrata com o patrão o seu ingresso no barco obriga-se a que a sua mulher faça, gratuitamente, a descarga e transporte do pescado, à cabeça, para a lota.

Em cada embarcação vinte homens, para cada embarcação vinte mulheres que na praia não só aguardam a chegada dos seus homens, mas que, e gratuitamente, descarregam e transportam o peixe para a lota. E se pescador existe que por acaso não tem mulher, obriga-se a ganhar menos para a diferença ser distribuída pelos que a têm.

A mulher do pescador poveiro já conhece a sua sorte antes do casamento; casa pobre, roda de filhos, e correr para a praia para acarretar cabazes de peixe sem que seja remunerada pelo trabalho feito, porque o pescador, quando vendeu a sua força de trabalho, vendeu também o da esposa.

Essa é a condição. Srs. Deputados.

Num dos jardins da Póvoa de Varzim existe uma estátua bem expressiva de pescador, que, ao contemplá-la, nos traz de imediato à memória a lembrança de tempestades.

Vai fazer um ano, Srs. Deputados, que com um dia de sol e mar um pouco agitado, ali à entrada da barra, os meus olhos viram, primeiro surpresos e depois angustiados, três embarcações que tentavam entrar. Na praia, as mulheres dos pescadores seguiam, ansiosas, as manobras para vencer a barra. A primeira entrou. A segunda desistiu e apontou para Leixões. A terceira lutou. Houve um momento em que o tempo parou, a motora suspensa do mar e nós e as mulheres suspensos do destino. Cinco homens ao mar. «Homem ao mar», foi o grito que correu na praia, o grito das mulheres, das mães, o grito dos filhos.

A entrada da barra não tem segurança. Desde que o porto foi feito, o problema da barra foi sempre o problema da barra, e, depois da barra, os baixios.

O molhe norte encontra-se em desagregação. Os blocos, de cerca de 30 t de betão cada um, de que são constituídos, têm-se pouco a pouco desprendido, deslocando-se para a entrada e para o interior do porto. Neste momento calcula-se em 150 o número destes blocos deslocados. No cabeço do molhe já se encontram outros em desagregação e dentro de pouco tempo o seu deslocamento fechará em definitivo a entrada, que neste momento, devido ao açoreamento, as embarcações na maré vaza já batem por vezes com o fundo.

Açoreamento, baixios e blocos soltos, um problema gritante que põe em risco as embarcações e em perigo de vida os pescadores. A mútua, ou seja o seguro, deixou de pagar os prejuízos causados nestes casos; de facto, em 70 contos de prémios cobrados teve de pagar 700 de prejuízos causados.

O fantástico, Srs. Deputados, é que as juntas autónomas dos portos dizem não possuírem dragas para proceder ao desaçoreamento. Até parece que a única existente com características para

trabalhar naquele porto está avariada. Mas, pelo que cuidamos saber, existem dragas no sector privado, paradas, à espera de serem usadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Poderia estar aqui durante horas a falar da pesca e dos pescadores poveiros, que vivem nas Caxinas, Vila do Conde, se houvesse tempo para isso.

Em traços largos tentei dar a imagem dos dois principais problemas que são de urgente resolução e daqui fazer um apelo ao Governo para que considere de prioritária a tarefa do rebentamento dos blocos e desaçoreamento da barra da Póvoa de Varzim, bem como a reparação do cabeço. E logo de imediato, quando houver possibilidades, fazer a construção de cais acostável para libertar a mulher do pescador da sua condição actual. Porque, Srs. Deputados, a mulher do pescador da Póvoa é tão mulher como as outras mulheres de Portugal.

Tenho dito.

Aplausos gerais.

O Sr. *Presidente*: — Sr. Deputado Manuel Pires, a minha vontade também era a de bater palmas, mas acho que o Presidente tem de ter uma posição mais estática perante as manifestações da Assembleia.

Queria-lhe dizer que foi com muita comoção que ouvi a descrição dramática feita pelo Sr. Deputado, pois também eu já assistí, na praia da Nazaré, durante a minha estada em Alcobaça, como advogado, a algumas tragédias que ainda hoje constituem um remorso para a consciência de todos os portugueses.

Tenho a impressão de que o voto desta Assembleia, que aliás se manifestou pelas palmas, é no sentido de que o Governo reveja, o mais rapidamente possível, os problemas dos homens do mar, nos quais se encontra incluído o caso descrito por V. Ex.^a, o caso da Póvoa, o caso de todas as outras paragens marítimas do nosso país.

Quis dizer-lhe estas palavras, pois ficaria muito mal com a minha consciência se não as dissesse» ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ *Diário da Assembleia da República*, n.º 66 (Lisboa, 22 de Janeiro de 1977), pp. 2155-2156.